

FIAT	PÁLIO ATTRACTIV 1.0	2016/2017	QGO-5830	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ATTRACTIV 1.0	2016/2017	QGO-3840	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ATTRACTIV 1.0	2016/2017	QGO-5850	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ATTRACTIV 1.0	2016/2017	QGO-3810	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ATTRACTIV 1.0	2016/2017	QGO-5810	GASOLINA
FIAT	DOBLO ATTRACTIV 1.4	2015/2016	QGB-6807	GASOLINA
VOLKSWAGEM	SAVEIRO AMBULÂNCIA IPANEMA Nº 01	2018/2019	QGP-8728	GASOLINA
VOLKSWAGEM	SAVEIRO AMBULÂNCIA IPANEMA Nº 02	2018/2019	QGP-8748	GASOLINA
FIAT	MOBY		QGR-9361	GASOLINA

**VEICULOS DE MÉDIO PORTE (UTILITÁRIOS)**

MARCA	MODELO	ANO FAB.	PLACA	COMBUSTÍVEL
TOYOTA	HILUX SW4 SRV 4X4	2011/2012	NNS-9791	DIESEL S10
GENERAL MOTO	MONTANA CONQUEST	2008/2008	MYY-8782	GASOLINA
FORD	CAMINHONETE F 4000	2002/2002	JKW-3115	DIESEL COMUM
TOYOTA	HILUX CD 4X4	2006/2006	MYW-6490	DIESEL COMUM
NISSAN	FRONTIER SVATK 4X4	2014/2014	OWG-8307	DIESEL S10
FORD	CAMINHONETE F 4000		NZG-0245	DIESEL COMUM
GENERAL MOTO	MONTANA CONQUEST	2008/2008	MNO-2442	GASOLINA
TOYOTA	CAMINHONETE HILUX CD 4X4	2007/2007	HYM-8244	DIESEL COMUM
MITSUBISHI	L 200 TRITON 3 2	2013/2013	OJR-5634	DIESEL S10
FIAT	DUCATO TECFORM TP	2016/2016	QJG-8189	DIESEL S10
MITSUBISHI	L 200 TRITON	2015/2016	OWF-6045	DIESEL S10
VOLKSWAGEM	AMAROK	2018/2019	QGR-1694	DIESEL S10
MERCEDES BENZ	SPRINTER 415 CDI	2019/2020	QGY-5B41	DIESEL S10
FIAT	PIK UP ESTRADA		NUX-3753	GASOLINA

**VEÍCULOS DE GRANDE PORTE (ÔNIBUS E CAMINHÕES)**

MARCA	MODELO	ANO FAB.	PLACA	COMBUSTÍVEL
INTERNACIONAL	CAMINHÃO PIPA 4400P7 6X4	2013/2013	OWE-4880	DIESEL S10
MERCEDES BENZ	ÇAÇAMBÃO ATRON 2729 K 6X4	2013/2013	OWE-1828	DIESEL S10
MERCEDES BENZ	ÇAÇAMBA 1718	2010/2010	NNZ-2998	DIESEL COMUM
MERCEDES BENZ	CAMINHÃO ACOPLADO C/GUINDASTE	1985/1986	LWP-0681	DIESEL COMUM
MERCEDES BENZ	ÇAÇAMBÃO L 1618	1993/1993	BYA-8323	DIESEL COMUM
MERCEDES BENZ	ÇAÇAMBA 1718 COLETOR Nº 01	2010/2010	NNL-9274	DIESEL COMUM
MERCEDES BENZ	ÇAÇAMBA 1718 COLETOR Nº 02	2010/2010	NNZ-3328	DIESEL COMUM
MERCEDES BENZ	ÇAÇAMBA 1718	2010/2010	NNZ-3018	DIESEL COMUM
FORD	CAMINHÃO CARGO 1317 F C/MULK	2004/2004	MYM-4136	DIESEL COMUM
VOLKSWAGEM	ÔNIBUS INDUSCAR FOZ VVOD	2010/2010	NNZ-5766	DIESEL COMUM
MARCOPOLO	MICRO-ÔNIBUS VOLARE V8 ESC	2010/2010	NNQ-3263	DIESEL COMUM
VOLKSWAGEM	ÔNIBUS 15.190 EOD ESORE	2012/2012	NOG-2634	DIESEL S10
VOLKSWAGEM	ÔNIBUS 15.190 EOD ESORE	2012/2012	NOG-2624	DIESEL S10
IVECO	MICRO-ÔNIBUS CITYCLASS 70C17	2014/2014	OWC-9413	DIESEL S10
MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8 L ON	2019/2019	QGU-8C35	DIESEL S10

Publicado por:  
Antonio Francisco de Oliveira  
Código Identificador: 1C34E482

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2019

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2019**

PROCESSO Nº 08100003/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos **doze** dias do mês de **novembro** de **dois mil e dezoito**, o Município de Apodi/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, com sede na Praça Francisco Pinto, 56 – Centro – Apodi/RN, inscrito no CNPJ sob o nº **08.349.011/0001-93**, neste ato representado **por seu Prefeito Constitucional, o Srº Alan Jefferson da Silveira Pinto**, inscrito no CPF/MF sob o 061.599.814.39, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na cidade de Apodi/RN. Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 7.892, de 2013; do Decreto Municipal nº 036, de 19 de setembro de 2011; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 5.450, de 2005; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 069/2019**, resolve REGISTRAR O PREÇO para a eventual contratação do item a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa: **L E PNEUS LTDA – EPP CNPJ: 08.576.605/0001-37**, Av. Presidente Dutra, nº 1.100, B. Alto de São Manoel – CEP: 59.600-000 – Mossoró RN, neste ato representado (a) pelo (a) Sr (a).Francisco Edilson Xavier Rebouças Segundo – CPF: 053.754.464-05, cuja proposta foi classificada no certame nos itens: 03, com o desconto de 60% (por cento), conforme planilha anexa; **L D DE OLIVEIRA MENDES – ME, CNPJ: 12.226.156/0001-74**; Rua Cel. Gurgel, nº 549/555, Centro – CEP: 59.600-200 – Mossoró RN., neste ato representado (a) pelo (a) Sr (a). Lara Daniella de Oliveira Mendes – CPF: 049.323.084-00, cuja proposta foi classificada no certame nos itens: 02, com o desconto de 52% (por cento), conforme planilha anexa; e **F DE A M DA SILVEIRA, CNPJ: 13.768.673/0001-38**; Rua Manoel Nogueira, nº 79, Centro – CEP: 59.700-000 – Apodi RN., neste ato representado (a) pelo (a) Sr (a). Francisco de Assis Maia da Silveira – CPF: 357.151.204-97, cuja proposta foi classificada no certame nos itens: 01, com o desconto de 51,55% (por cento), conforme planilha anexa;

**.CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto desta Ata é o Registro de preços para eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, FILTROS E LUBRIFICANTES, ORIGINAIS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI/RN, OBTIDO**

**MEDIANTE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO REFRENTE AO PREÇO DA TABELA DE FABRICA. Conforme quantitativo do anexo I (Termo de referência), que é parte integrante desta ata.**

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI/RN**.

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2014, e na Lei nº 8.666, de 1993.

Caso decorra de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais), da Ata.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 6º do Decreto nº 7.892, de 2014.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

Fica designada como Gestora da Ata a Servidora Pública – Luana Kariny de Oliveira Tavares

#### CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores. No caso de aumento dos preços o fornecedor deverá solicitar revisão de valor, a qual deve ser por ele fundamentada e justificada mediante a devida comprovação da real oscilação do valor de mercado.

Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A contratação com o fornecedor registrado, será realizada ou não, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do artigo 15, do Decreto nº 7.892, de 2014.

As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta on line, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

É vedada a subcontratação parcial.

A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

#### CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

A presente ARP importa o Valor Total de R\$ 799.000,00 (Setecentos e noventa e nove mil reais).

Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

Efetuar a entrega das peças, acessórios, filtros e lubrificantes em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Responsabilizem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

A Contratante obriga-se a:

Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade das peças, acessórios, filtros e lubrificantes recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento no prazo previsto.

#### CLÁUSULA DECIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Os produtos serão recebidos:

**a.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

#### CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme o valor e a data de apresentação da nota fiscal/fatura (Em até cinco dias úteis contados do recebimento das faturas de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais); e em até trinta (30) dias contados do ATESTO para as faturas acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), nos termos da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, mediante comprovante de efetivo recebimento e aceitação emitido pela Secretaria Municipal beneficiada encaminhados ao Setor Financeiro, acompanhado das certidões negativas de débitos referentes à regularidade fiscal e trabalhista, fazendo menção ao Processo Licitatório, bem como do Procedimento Licitatório.

O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, preferencialmente emitindo nova Nota Fiscal devidamente corrigida. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Quando do pagamento, poderá ser efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

#### CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

Apresentar documentação falsa;

Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal;

Fizer declaração falsa;

Ensejar o retardamento da execução do certame.

A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Multa de até **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

Apresentar documentação falsa;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal;

Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

Multa:

Moratória de até **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de **60 (sessenta)** dias;

Compensatória de até **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a **Prefeitura Municipal de Apodi/RN**, pelo prazo de até dois anos;

Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **02 (dois) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexo do Pregão Presencial **para Registro de Preços nº 069/2019** e a proposta da empresa.

Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto nº 7.892, de 2014, do Decreto Municipal nº 036, de 2011, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, Lei Complementar 147/2014 e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de APODI/RN, com exclusão de qualquer outro.

Apodi RN, 12 de novembro de 2019.

**ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO**

Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

**LUIS SABINO DA COSTA NETO**

Secretaria Municipal De Saúde Pelo Órgão Participante.

L D De Oliveira Mendes EIRELI ME

CNPJ:12.226.156/0001-74

Rep.:

**LARA DANIELLA DE OLIVEIRA MENDES**

CPF: 049.323.084-00

L E Pneus LTDA – EPP

CNPJ: 08.576.605/0001-37

Rep.:

**FRANCISCO EDILSON XAVIER REBOUÇAS SEGUNDO**

CPF: 053.754.464-05

F DE A M DA Silveira,

CNPJ: 13.768.673/0001-38,

Rep.:

**FRANCISCO DE ASSIS MAIA DA SILVEIRA**

CPF: 357.151.204-97

**Anexo VIII – Relação Oficial da Frota dos veículos****VEICULOS DE PEQUENO PORTE (LINHA LEVE)**

MARCA	MODELO	ANO FAB.	PLACA	COMBUSTÍVEL
CHEVROLET	CORSA CLASSIC LS	2010/2011	OKA-5185	GASOLINA
VOLKSWAGEM	GOL 1.0 GIV	2012/2012	NOH-6866	GASOLINA
HONDA	MOTOCICLETA NXR 150 BROS ES	2007/2007	MYR-9375	GASOLINA
HONDA	MOTOCICLETA NXR 150 BROS ES	2007/2007	MYR-9185	GASOLINA
FIAT	UNO MILLE	2010/2010	NOF-4940	GASOLINA
FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2013/2013	NOG-9774	GASOLINA
VOLKSWAGEM	SAVEIRO FRIGORIFICO	2015/2015	QGC-3045	GASOLINA
GENERAL MOTO	ZAFIRA ELEGANCE	2006/2006	KFE-3396	GASOLINA
FIAT	UNO WAY 1.0		KKP-3600	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ESSENCE 1.6	2015/2015	OWF-6254	GASOLINA
FIAT	UNO MILLE	2013/2013	NOG-9684	GASOLINA
FIAT	DOBLO ATTRACTIV 1.4	2015/2015	QGB-2327	GASOLINA
FIAT	PÁLIO WK ATTRAC 1.4	2013/2013	OJX-2094	GASOLINA
FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2013/2013	NOG-9964	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ESSENCE 1.6	2015/2015	OWE-9964	GASOLINA
VOLKSWAGEM	KOMBI	2009/2009	NNJ-9672	GASOLINA
FIAT	DOBLO ATTRACTIV 1.4	2015/2016	QGB-6797	GASOLINA
FIAT	DOBLO AMBULÂNCIA	2012/2012	NOD-2165	GASOLINA
CHEVROLET	SPIN 1.8 LTZ	2013/2013	OKC-7606	GASOLINA
HONDA	MOTOCICLETA CG 125 CARGO	1995/1995	MXP-0021	GASOLINA
YAMAHA	MOTOCICLETA YBR 125	2002/2002	MZF-2619	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ATTRACTIV 1.0	2016/2017	QGO-5780	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ATTRACTIV 1.0	2016/2017	QGO-5750	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ATTRACTIV 1.0	2016/2017	QGO-5870	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ATTRACTIV 1.0	2016/2017	QGO-5720	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ATTRACTIV 1.0	2016/2017	QGO-5830	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ATTRACTIV 1.0	2016/2017	QGO-3840	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ATTRACTIV 1.0	2016/2017	QGO-5850	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ATTRACTIV 1.0	2016/2017	QGO-3810	GASOLINA
FIAT	PÁLIO ATTRACTIV 1.0	2016/2017	QGO-5810	GASOLINA
FIAT	DOBLO ATTRACTIV 1.4	2015/2016	QGB-6807	GASOLINA
VOLKSWAGEM	SAVEIRO AMBULÂNCIA IPANEMA Nº 01	2018/2019	QGP-8728	GASOLINA
VOLKSWAGEM	SAVEIRO AMBULÂNCIA IPANEMA Nº 02	2018/2019	QGP-8748	GASOLINA
FIAT	MOBY		QGR-9361	GASOLINA

**VEICULOS DE MÉDIO PORTE (UTILITÁRIOS)**

MARCA	MODELO	ANO FAB.	PLACA	COMBUSTÍVEL
TOYOTA	HILUX SW4 SRV 4X4	2011/2012	NNS-9791	DIESEL S10
GENERAL MOTO	MONTANA CONQUEST	2008/2008	MYY-8782	GASOLINA
FORD	CAMINHONETE F 4000	2002/2002	JKW-3115	DIESEL COMUM
TOYOTA	HILUX CD 4X4	2006/2006	MYW-6490	DIESEL COMUM
NISSAN	FRONTIER SVATK 4X4	2014/2014	OWG-8307	DIESEL S10
FORD	CAMINHONETE F 4000		NZG-0245	DIESEL COMUM
GENERAL MOTO	MONTANA CONQUEST	2008/2008	MNO-2442	GASOLINA
TOYOTA	CAMINHONETE HILUX CD 4X4	2007/2007	HYM-8244	DIESEL COMUM
MITSUBISHI	L 200 TRITON 3.2	2013/2013	OJR-5634	DIESEL S10
FIAT	DUCATO TECFORM TP	2016/2016	QGJ-8189	DIESEL S10
MITSUBISHI	L 200 TRITON	2015/2016	OWF-6045	DIESEL S10
VOLKSWAGEM	AMAROK	2018/2019	QGR-1694	DIESEL S10
MERCEDES BENZ	SPRINTER 415 CDI	2019/2020	QGY-5B41	DIESEL S10
FIAT	PIK UP ESTRADA		NUX-3753	GASOLINA

**VEÍCULOS DE GRANDE PORTE (ÔNIBUS E CAMINHÕES)**

MARCA	MODELO	ANO FAB	PLACA	COMBUSTÍVEL
INTERNACIONAL	CAMINHÃO PIPA 4400P7 6X4	2013/2013	OWE-4880	DIESEL S10
MERCEDES BENZ	CAÇAMBÃO ATRON 2729 K 6X4	2013/2013	OWE-1828	DIESEL S10
MERCEDES BENZ	CAÇAMBÁ 1718	2010/2010	NNZ-2998	DIESEL COMUM
MERCEDES BENZ	CAMINHÃO ACOPLADO C/GUINDASTE	1985/1986	LWP-0681	DIESEL COMUM
MERCEDES BENZ	CACAMBÃO L 1618	1993/1993	BYA-8323	DIESEL COMUM
MERCEDES BENZ	CAÇAMBÁ 1718 COLETOR Nº 01	2010/2010	NNL-9274	DIESEL COMUM
MERCEDES BENZ	CAÇAMBÁ 1718 COLETOR Nº 02	2010/2010	NNZ-3328	DIESEL COMUM
MERCEDES BENZ	CAÇAMBÁ 1718	2010/2010	NNZ-3018	DIESEL COMUM
FORD	CAMINHÃO CARGO 1317 F C/MULK	2004/2004	MYM-4136	DIESEL COMUM
VOLKSWAGEM	ÔNIBUS INDUSCAR FOZ VWOD	2010/2010	NNZ-5766	DIESEL COMUM
MARCOPOLO	MICRO-ÔNIBUS VOLARE V8 ESC	2010/2010	NNQ-3263	DIESEL COMUM
VOLKSWAGEM	ÔNIBUS 15.190 EOD ESORE	2012/2012	NOG-2634	DIESEL S10
VOLKSWAGEM	ÔNIBUS 15.190 EOD ESORE	2012/2012	NOG-2624	DIESEL S10
IVECO	MICRO-ÔNIBUS CITYCLASS 70C17	2014/2014	OWC-9413	DIESEL S10
MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8 L.ON	2019/2019	QGU-8C35	DIESEL S10

**Publicado por:**  
Antonio Francisco de Oliveira  
**Código Identificador:2C20714B**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**PUBLICAÇÃO POR CORREÇÃO DO DECRETO Nº 0159/2019 PUBLICADO NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2019**

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 1.464.130,00 (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E CENTO E TRINTA REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Alan Jefferson da Silveira Pinto** – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CONSIDERANDO** a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar concedida pelas Leis Municipais nº 1.416/2019 e 1.417/2019 de 25 de fevereiro de 2019, em conformidade ao artigo 3º, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site: [http://www.diariomunicipal.com.br\\_edição nº 1965 do dia 26 de fevereiro de 2019.](http://www.diariomunicipal.com.br_edição nº 1965 do dia 26 de fevereiro de 2019.)

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no exercício corrente, no valor de **R\$ 1.464.130,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil e cento e trinta reais)**, nos termos que dispõem os artigos, 40, 41, II, 42 e 43, II, da Lei nº 4.320/64, conforme especificações orçamentárias a seguir:

02 – Prefeitura Municipal de Apodi

Órgão	2000	PODER EXECUTIVO				
Unidade Orçamentária	2002	GABINETE CIVIL				
Função	4	Administração				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.2	Manutenção das Atividades do Gabinete Civil				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31000000	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	31900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas –Pessoal Civil	Fonte de Recurso	10010000	R\$	30.640,00
Soma (R\$)						<b>30.640,00</b>

Órgão	2000	PODER EXECUTIVO				
Unidade Orçamentária	2005	Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente				
Função	20	Agricultura				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.11	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação, Recursos Hídricos e Meio Ambiente				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31000000	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	31900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas –Pessoal Civil	Fonte de Recurso	10010000	R\$	176.000,00
Soma (R\$)						<b>176.000,00</b>

Órgão	2000	PODER EXECUTIVO				
Unidade Orçamentária	2007	Secretaria Municipal de Urbanismo e Transporte				
Função	15	Urbanismo				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.31	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Urbanismo e Transportes				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31000000	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	31900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas –Pessoal Civil	Fonte de Recurso	10010000	R\$	504.000,00
Soma (R\$)						<b>504.000,00</b>

Órgão	2000	PODER EXECUTIVO			
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal de Educação e Cultura			